

# Vereadores aprovam 19 projetos de lei em plenária

## Assunto:

## REUNIÃO PLENÁRIA



Vereadores aprovam 19 projetos de lei em plenária

Na última reunião ordinária do mês de

**novembro, realizada no dia 16, os vereadores da Câmara Municipal de BH aprovaram em 2º turno cinco projetos de lei, que dispõem sobre direito do consumidor, saúde, educação e segurança, que seguem para redação final antes de serem enviados ao Executivo para sanção ou veto. Também foram aprovados quatorze projetos em 1º turno, incluindo os que autorizam o Executivo a municipalizar o Anel Rodoviário e a implantar na capital o VLT ? Veículo Leve sobre Trilhos.**

Beneficiando o consumidor, foi aprovado em 2º turno o PL 86/09, de M<sup>a</sup> Lucia Scarpelli (PCdoB), que proíbe o assédio pessoal a transeuntes para induzi-los à contratação de empréstimos e aquisição de cartões. Segundo a autora, a prática é costumeira e bastante constrangedora, e o objetivo de seu projeto é replicar em Belo Horizonte a proibição já em vigor em outras capitais.

Para prevenir o alcoolismo, grave problema de saúde pública, o PL 286/09 institui no âmbito do Município um conjunto de ações e normas denominado Programa de Prevenção ao Alcoolismo e Desestímulo ao Consumo de Álcool entre Adolescentes e Jovens. Luzia Ferreira (PPS), autora da proposta, destacou o aumento do uso precoce do álcool e a importância da prevenção. ?Assim como o crack, o álcool tem efeito devastador sobre a juventude?, afirmou a presidente da Casa.

Também voltado à formação dos jovens belorizontinos, o PL 445/09, de Bruno Miranda (PDT), pretende ajudar no combate à evasão escolar, ao propor o monitoramento da frequência dos alunos pelas escolas com comunicação e notificação à família em caso de faltas repetidas.

Foram aprovados ainda, em 2º turno, dois projetos de lei que contemplam a segurança da população: o 580/09, de Cabo Júlio (PMDB), obriga estabelecimentos que operam com estacionamentos, como shoppings, supermercados e outros, a

efetuar cobertura de seguro contra furto e roubo de veículos; e o PL 528/09, de Divino Pereira (PMN) obriga a afixação, em elevadores, de informação sobre manutenção realizada, constando data e empresa prestadora do serviço.

## **Trânsito**

Entre os quatorze projetos aprovados em 1º turno está o PL 302/09, de Anselmo José Domingos (PTC), que autoriza o Executivo a municipalizar o Anel Rodoviário. Com a medida, a limpeza, manutenção e conservação da via ficarão a cargo do Município, beneficiando seus usuários.

Também busca melhorar o trânsito na Capital o PL 986/10, de Léo Burguês (PSDB), que dispõe sobre a implantação do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) entre o Belvedere e o Barreiro, utilizando o terminal de Águas Claras, hoje ocioso. De acordo com o autor, o custo para a implantação de 20 km de linha, incluindo as estações, custará aos cofres do Município 500 milhões de reais, enquanto apenas 1 km de metrô subterrâneo consumiria 400 milhões.

Já o PL 963/10, de Fred Costa (PHS), autoriza agentes da BHTrans a registrar ocorrências de colisão de veículos.

[Assista o vídeo da reunião plenária na íntegra](#)

## **Outros projetos aprovados**

O plenário aprovou ainda, em 1º turno, o PL 1208/10, que cria o Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde ? CIAS, único projeto do Executivo votado na reunião, além dos seguintes projetos de vereadores:

PL 623/09, de Adriano Ventura (PT), que cria o Conselho Municipal de Direitos Humanos;

PL 659/09, Sérgio Fernando (PHS), que obriga a identificação dos táxis no teto dos veículos;

PL 661/09, Luzia Ferreira (PPS) e Pablo César ? Pablito (PTC), que proíbe uso de capacete por motoqueiros dentro dos estabelecimentos que menciona;

PL 685/09, Luzia Ferreira (PPS), que institui a Política Municipal de Prevenção e Controle do Câncer de Próstata;

PL 693/09, que cria Feira de Artes, Artesanato, Variedades, Comidas e Bebidas Típicas no Bairro Miramar e PL

1052/10, que cria o Programa Promoção da Aprendizagem - PROAP na rede municipal de ensino, ambos de Ronaldo Gontijo (PPS);

PL 873/09, Geraldo Félix (PMDB), que implementa Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência na rede municipal;

PL 960/10, Luís Tibé (PTdoB), que amplia atuação dos guardas municipais no entorno das escolas municipais;

PL989/10, de Leonardo Mattos (PV), que altera Estatuto dos Servidores Municipais, modificando quadro de horários de servidores deficientes;

PL 1102/10, Maria Lúcia Scarpelli (PCdoB), que proíbe uso, pelos profissionais de saúde, de vestes e equipamentos de proteção individual fora do ambiente do trabalho.

***Responsável pela Informação: Superintendência de Comunicação Institucional.***

## **Data publicação:**

Segunda-Feira, 15 Novembro, 2010 - 22:00

---